

APRESENTAÇÃO



Esta edição é fruto de uma parceria que vem se consolidando entre duas instituições: a Escola de Saúde Pública/RS através do CEIDS e o Instituto APPOA. Ela foi pensada coletivamente com o compromisso de articular contribuições de dois campos: a Psicanálise e a Saúde Coletiva e com o intuito de ampliar a interlocução entre profissionais que buscam uma sustentação clínico-política para suas práticas, desenvolvidas em diferentes serviços da rede, não somente de saúde, mas em diferentes áreas da rede intersetorial (educação, saúde, assistência social, entre outras).

Tanto a Escola de Saúde Pública como o Instituto APPOA têm propiciado reflexões sobre o trabalho cotidiano em saúde coletiva, permeado pela invenção de novas articulações entre pesquisa, clínica e intervenção.

O Instituto APPOA tem oportunizado o exercício da transmissão da ética da psicanálise em diferentes contextos de intervenção social. Por essas razões, encontrou-se nesta parceria possibilidades de compartilhamento entre pares em condições favoráveis à fala, à escuta e ao trabalho de inclusão da subjetividade e singularidade dos sujeitos (profissionais e usuários dos serviços), radicada nas suas histórias de vida e lugar social e legitimadas por coletivos (comunidade, instituições públicas e privadas, movimentos sociais, etc.), aspectos esses essenciais para avançar no trabalho que nos propomos ampliar e aprofundar.

Durante a composição deste trabalho de interlocução, do qual se originou a idéia desta revista, ocorreram seminários e jornadas. Um destes encontros foi a jornada de Psicanálise e

Intervenções Sociais, promovida pelo Instituto APPOA em junho (em Porto Alegre), reunindo em torno de 300 profissionais de diferentes estados. Surgiram questões conceituais e metodológicas, assim como conflitos de diferentes ordens. O que poderia ter resultado em problemas insolúveis ou exclusões, foi, no entanto, pactuado como desafio de trabalho na busca de composição de propostas de saúde coletiva e psicanálise orientadas pelo respeito às diferenças, aos saberes e às invenções necessárias, considerando as diversas áreas e práticas presentes em nossa sociedade.

Desde o surgimento da psicanálise inaugurou-se um novo paradigma que vem para transformar as práticas terapêuticas, tanto em relação aos processos psíquicos quanto à concepção de sujeito, não o reduzindo à dimensão do biológico, do dever, da vontade e/ou da performance. A polissemia da concepção de sujeito está bem apresentada no quebra cabeça da capa composto por muitas imagens de pessoas sob uma fita de Moebius, onde o dentro e o fora se interseccionam, assim como o singular e o coletivo. Quando uma peça se destaca da fita de Moebius, dá a idéia de que algo ou alguém cai e o que fica ressaltado é um buraco negro. É disto que a psicanálise se ocupa: do vazio do sujeito, do que está e ficará incompleto, do inacabamento, do vazio que o deslocamento de uma peça do "quebra cabeça" produz nas instituições, nos olhares, nas demandas e nos ideais sociais. Assim, também, a concepção de coletivo, considerada como uma "caixa-preta", está em construção e tem sido trabalhada por autores de várias áreas em

um esforço de romper com uma abordagem dicotômica indivíduo-sociedade para desvelar sua potência.

Pode-se constatar que, para escapar dos limites do positivismo e do estruturalismo, a saúde coletiva tem se amparado em teorias, práticas e experiências originárias da psicanálise, da análise institucional, da política, da gestão, e de outros campos do saber. Ela, portanto, emerge de um novo modo de fazer saúde, acompanhada pela educação permanente em saúde como estratégia de formação e pela humanização como política pública que aponta a indissociabilidade da gestão e da atenção e transversaliza saberes e poderes nas práticas institucionais. O que é próprio da saúde coletiva é dar destaque ao lugar da subjetividade nos processos de trabalho, para deixar emergir um sujeito que produz conhecimento a partir de uma prática na qual é possível investir libidinalmente, rompendo com a idéia "científica" de neutralidade. Esta forma de trabalho incide diretamente na atenção voltada aos usuários dos serviços, pelo convite (sustentado na transferência que ocorre entre profissional, equipe, família, rede de serviços, rede social e rede de apoio) a um tipo de relação engajada com seu desejo, seu corpo, sua existência e com a coletividade. Nesta perspectiva, a psicanálise contribui ao instigar o resgate do sujeito para uma posição de implicação e de autoria a respeito da sua vida e da sua inserção no laço social. A produção de saúde em suas diferentes dimensões, tais como a cidadania e a atenção psicossocial tem se enriquecido ao considerar que para que esta produção se opere, a dimensão inconsciente do sujeito precisa ter um lugar na escuta. Isto permite estar sensível às diferentes condições e modalidades de relação, a partir das quais o sujeito se singulariza e inscreve seu desejo.

A proximidade dos autores desta revista com as idéias apresentadas foi o principal mo-

tivo que viabilizou o encontro de profissionais do Estado e de fora, para a escrita sobre suas experiências, em diferentes perspectivas, configurando uma ampla gama de temas e contribuições instigantes que emergem da intercessão da psicanálise e da saúde coletiva.

Iniciando esta edição Eduardo Ely Mendes Ribeiro analisa as dimensões clínica e política da prática psicanalítica, apontando a indissociabilidade entre o individual e o coletivo no processo de constituição das subjetividades e na condução dos tratamentos. Ana Lúcia Mandelli de Marsillac busca traçar um diálogo entre o sintoma social contemporâneo e as origens e princípios da política de Humanização. Ressalta que a valorização da singularidade é utópica, por isto é tão necessário que aberturas ocorram para fomentar a construção de novos cenários na saúde pública, que comportem universalidades e uma estética singular dos possíveis. Doris Luz Rinaldi discute os desafios da clínica nos CAPS, seus impasses e possibilidades, a partir de uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro. Ana Carolina Rios Simoni analisa as possibilidades de produção de modos de trabalhar em saúde que acolham a existência, para problematizar as escolhas e os atos dos profissionais ao se depararem, no trabalho em saúde, com o sofrimento psíquico. A análise das interfaces entre a psicanálise e a saúde coletiva está presente no artigo apresentado por Emília Estivalet Broide, que situa a importância das redes sociais na estruturação e suporte da subjetividade e na abordagem do inconsciente nos processos coletivos. Já, Elaine Rosner Silveira, focaliza o tema da interdisciplinariedade, situando o problema da separação existente entre saúde mental e saúde, dificuldades e possibilidades. A clínica com crianças e a intersectorialidade são apresentadas por Ana Cristina Del Grande Guaraldo que relata sua experiência clínica abordando as especificidades do processo de adaptação à escola, a

partir de uma escuta psicanalítica. Seguindo no tema da intersetorialidade, Maria de Lourdes Duque-Estrada Scarparo e Maria Cristina Poli, colocam em discussão os dispositivos clínicos na assistência social e a constituição de demanda de tratamento em casos de violência. Ligia Bittencourt propõe pensar o mal-estar nas instituições socioeducativas destinadas a jovens infratores pela via da violência real, imaginária e simbólica. A clínica com crianças é apresentada por Marianne Stolzmann Mendes Ribeiro a partir de uma experiência clínica num serviço público de saúde mental, trabalhando a escuta e o acolhimento. Sandra Djambolakdjian Torossian apresenta o coletivo a partir do dispositivo de oficinas de literatura infantil com crianças em vulnerabilidade social. Ana Maria Medeiros da Costa colabora com a diferenciação entre as intenções classificatórias constituintes das abordagens científicas e as propostas da clínica psicanalítica. Maria Ângela Bulhões apresenta um grupo de mulheres melancólicas e busca na psicanálise a sustentação teórica e ética para avançar na elaboração de um pensamento que articule a psicopatologia com as especificidades do trabalho com as classes

populares. Marta Conte, Fátima de Barros Plein e Marília Silveira problematizam o sujeito na saúde coletiva a partir de questões que surgem das práticas da Educação Permanente em Saúde e das práticas clínico-institucional desenvolvidas na Escola de Saúde Pública/RS. Fortalecendo os argumentos em prol da aposta na alteridade, Francilene Nunes Rainone, Laura Lichtenstein Corso, Paulo Gleich, Simone Lerner e Simone Moschen Rickes buscam refletir acerca de uma experiência em oficina de produção de imagens realizada em um CAPS, partindo do conceito de construção em Freud, procurando tramar os elementos oriundos da experiência com as possibilidades de produção de si. Rosana Teresa Onocko Campos nos propõe uma releitura de alguns conceitos clássicos de Freud sobre a histeria tentando relacioná-los à clínica que desenvolve em um serviço de saúde mental. Edson Sousa chama-nos a atenção para o poder e a tirania da propaganda e da imagem no campo social, na esfera política e no campo conceitual da psicanálise e seus reflexos no que se entende por saúde. Desejamos a todos os leitores que esta revista se transforme em um dispositivo que movimente trocas e encontros frutíferos.

Marta Conte
Editora Convidada